

Ambiente e Higiene em Coimbra nos Finais da Idade Média

Débora Pimentel Leal

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-90-1/inca1>

Resumo

Com a dissertação que estamos a elaborar, pretendemos compreender e problematizar o esforço da administração concelhia, da administração central e da população da cidade no que diz respeito às questões ambientais e de higiene através do estudo da legislação geral do reino, das posturas municipais, da correspondência entre o concelho, o rei e o duque de Coimbra, ao longo dos séculos XV e XVI. Assim, propomos identificar os meios de abastecimento de água da cidade medieval, as medidas preventivas e cuidados a ter com os equipamentos hidráulicos; entender o funcionamento do sistema de canalização e esgotos da Coimbra Medieval; e examinar de que maneiras as medidas tomadas pelas autoridades eram percebidas, aceites e efetivamente implementadas pela população.

Palavras-chave: Higiene; Saneamento; Poluição; Poder Central; Administração Concelhia.

Abstract

With the dissertation we are developing, we intend to understand and problematize the efforts of the municipal administration, the central administration, and the city's population regarding environmental and hygiene issues through the study of the kingdom's general legislation, municipal regulations, and the correspondence exchanged between the council, the King, and the Duke of Coimbra throughout the fifteenth and sixteenth centuries. Thus, we propose to identify the means by which the medieval city was supplied with water, as well as the preventive measures and care required for hydraulic equipment; to understand the functioning of the water supply and sewage systems in medieval Coimbra; and to examine how the measures taken by the authorities were perceived, accepted and effectively implemented by the population.

Keywords: Hygiene; Sanitation; Pollution; Central Authority; Municipal Administration.

Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

Coimbra, tal como as demais urbes enfrentava muitos problemas relacionados com a poluição. De entre todos, destacamos por exemplo o escoamento das águas residuais e pluviais; a existência de resíduos provenientes da indústria dos couros ou da produção oleícola e a presença de dejetos de animais e humanos nas ruas. Conscientes de que estas sujidades eram um foco de propagação de doenças, as autoridades locais procuravam implementar medidas para que a saúde pública e as condições de vida das populações não fossem tão precárias.

Na frente de tais desafios, para outras regiões e cidades medievais, o estudo da intervenção das autoridades nestes aspetos da vida urbana medieval, nomeadamente através da análise das posturas concelhias com este enfoque, tem animado muitos estudos e investigações. A história ambiental tem ganho protagonismo ao longo dos anos, ao reconhecer-se que, apesar das dificuldades na implementação de medidas eficientes, as autoridades demonstravam interesse em oferecer a todos a melhor qualidade de vida possível à época. Nesse sentido, a presente dissertação pretende compreender e problematizar o esforço da administração concelhia, da administração central e da organização da população da cidade na gestão das questões ambientais e de higiene na cidade de Coimbra, através do estudo da legislação dos séculos XV e XVI.

Assim, os objetivos deste estudo sobre questões ambientais no final da Idade Média para Coimbra são:

- identificar os meios de abastecimento de água da cidade medieval, incluindo os métodos e estruturas de captação para abastecer e armazenar a água;
- analisar as medidas de preservação e cuidados com a limpeza e funcionamento destes equipamentos e meios circundantes;
- estudar o saneamento, com foco nos sistemas de canalização e esgotos na Coimbra Medieval, caracterizá-los, assim como identificar a ação pública e privada para a construção e preservação desta rede;
- identificar e analisar quais as infraestruturas relacionadas com a higiene, tais como banhos, privadas e retretes que existiam na cidade medieval, onde se localizavam, como funcionavam e que impacto tinham na malha urbana;
- compreender as medidas publicadas pela administração central e pelo poder concelhio para o controle da poluição do espaço público e a reação da população a essas medidas – seja a sua aceitação ou rejeição – e o seu impacto na vida urbana.

Para respondermos aos objetivos enunciados, procedemos a uma pesquisa documental no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no Arquivo Histórico Municipal

de Coimbra. Do último, destacamos a título exemplificativo, a documentação pertence à secção das Coleções e ao fundo a Casa dos Vinte Quatro de Coimbra. Depois desta pesquisa, a documentação que seleccionámos e que mais à frente neste texto apresentaremos tem a vantagem de estar, grande parte, disponível em linha, sendo muito fácil o seu acesso. Desses fundos arquivísticos, estudaram-se diversos tipos de documentação como alvarás, provisões, cartas de correspondência entre a administração local e o monarca, regimentos, posturas e atas de vereações.

Em função da natureza desta documentação, escolhemos para este trabalho uma cronologia balizada entre os reinados de D. João I e D. Manuel I, por se situar na entrada da Época Moderna. No entanto, devido à escassez de informação sobre o tema em determinadas fontes, foi necessário alargar a investigação a reinados anteriores e posteriores, como o de Afonso III e, o mais tardio o de D. Sebastião, para obter uma maior compreensão do tema em estudo, considerando a possibilidade de determinadas leis, emitidas em períodos mais tardos, já estarem em vigor em épocas anteriores.

Enquadramento Histórico

A História da saúde pública, da higiene, do saneamento e, conseqüentemente do ambiente é relativamente recente. Ao longo do século XIX muitos historiadores construíram uma imagem negativa sobre as medidas implementadas pelo homem medieval para combater doenças e manter o espaço urbano limpo e organizado. Contudo, no decorrer do tempo e com o aprofundar da investigação nestas temáticas, estudiosos aperceberam-se que apesar das dificuldades na implementação de leis e dos problemas estruturais verificados nas cidades medievais, as autoridades interessavam-se e preocupavam-se com a qualidade de vida dos seus habitantes¹.

Para estudar as questões ambientais na cidade de Coimbra, procurámos realizar uma leitura bibliográfica tão exaustiva quanto o possível, escolhendo títulos que nos permitissem por um lado compreender a história da cidade dos finais da Idade Média e dos inícios da Época Moderna, por outro a história da higiene e salubridade urbanas nessas cronologias. Assim, tivemos como base de partida o estudo de Maria Amélia Campos – “Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas em Coimbra (séculos XII-XV)” –, que apresenta um minucioso estado da arte sobre a história do saneamento, essencial para compreender que

¹ Janna Coomans, *Community, Urban Health and Environment in Late Medieval Low Countries* (Cambridge: Cambridge University Press, 2021), 2-3.

trabalhos já haviam sido desenvolvidos sobre esta temática para Portugal e para Coimbra².

Pelo contributo que oferecem para a compreensão da cidade medieval, realçamos as investigações de Luísa Trindade. Em primeiro lugar, as obras sobre a *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* e *Urbanismo na Composição de Portugal*.³ Destacamos também os trabalhos “Corpo e água: os banhos públicos em Portugal na Idade Média” e, por último, “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma”, em que a autora deu a conhecer alguns dos regulamentos impostos pelas autoridades para o bom funcionamento da cidade.⁴ No que respeita ainda ao período medieval, a história e a organização urbana da cidade de Coimbra, tem sido amplamente esclarecidas pelas obras de Leontina Ventura e de Maria Helena da Cruz Coelho “Coimbra Medieval: uma cidade em formação”⁵ e “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação”⁶. Saul António Gomes contribuiu de igual modo para este muito enriquecedor panorama científico com o estudo “Coimbra- Aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievais”, permitindo conhecer os espaços da cidade e a sua organização.⁷

Para compreender os equipamentos de drenagem das águas e de saneamento na cidade de Coimbra, foram consultadas obras de História, Arqueologia e História da Arte. Para o período da romanização, Vasco Gil Mantas, com *Notas sobre a Estrutura Urbana de Aeminium*, fornece uma excelente análise da evolução urbanística de

² Maria Amélia Álvaro de Campos, “Higiene pública e privada na Idade Média: contributos e documentos sobre estruturas sanitárias em Coimbra (séculos XII-XV)”, *Revista Portuguesa de História* 51 (2020): 1–25. https://doi.org/10.14195/0870-4147_51_3.

³ Respetivamente Luísa Trindade, *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna* (Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002); Luísa Trindade, “Urbanismo na Composição de Portugal” (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 2009).

⁴ Luísa Trindade, “Corpo e água: os banhos públicos em Portugal na Idade Média”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 9 (2009): 215–234; Luísa Trindade “A água nas cidades portuguesas entre os séculos XIV e XVI: a mudança de paradigma,” in *Património cultural vinculado con el agua. Paisaje, urbanismo, arte, ingeniería y turismo* (Mérida: Editora Regional de Extremadura, 2014), 363–376.

⁵ Leontina Ventura, “Coimbra medieval: uma cidade em formação”, in *Museu Nacional de Machado de Castro — Inventário da Coleção de Ourivesaria Medieval (séculos XII-XV)* (Lisboa: Ministério da Cultura - Instituto Português de Museus, 2004), 12–45.

⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra Medieval: uma cidade em maturação,” in *Inventário do Museu Nacional Machado de Castro. Coleção de Ourivesaria Medieval. Séculos XII-XIV*, ed. Adília Alarcão (Lisboa: Instituto Português de Museus, 2008), 29–47.

⁷ Saul António Gomes, “Coimbra: aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”, *Biblos* 4 (2006): 125–163.

Coimbra, profundamente influenciada pela sua localização geográfica, destacando as vias romanas que se mantiveram no período medieval e os recursos hídricos.⁸ Questões como as da higiene, saúde e saneamento na cidade são estudadas pelo autor, focando-se no funcionamento e na existência de infraestruturas hidráulicas, para gestão de esgotos nas épocas romana e medieval. Outra problemática examinada é o crescimento da cidade a partir do seu centro. Ou seja, como esta se estruturava em torno de uma área central, espaço de implantação dos edifícios do poder civil e religioso, em direção ao termo (zona circundante), onde se localizavam algumas igrejas e vias comerciais, que desempenhavam um papel importante na economia da cidade.

Visando compreender a evolução urbanística e a organização espacial de Coimbra, foram também analisados estudos de Jorge de Alarcão, nomeadamente as obras *Coimbra: a montagem do cenário urbano* e o artigo “As Origens de Coimbra.”⁹ Estes estudos exploram como a herança romana foi importante na estruturação da cidade e como muitas das suas infraestruturas de saneamento e arquitetura hidráulica permaneceram durante o período medieval. Destaca-se fortemente o impacto do rio Mondego no crescimento de Coimbra, uma vez que este desempenhou um papel relevante a diversos níveis, no comércio, nomeadamente transporte de produtos e para o próprio abastecimento de água aos habitantes da cidade.

De António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640* constitui uma obra absolutamente fundamental para qualquer abordagem ou investigação sobre a cidade de Coimbra, no referido período, e pelas reflexões sobre as condições urbanas intrinsecamente ligadas à saúde pública, ao abastecimento de água e às infraestruturas citadinas, que contribuíram para uma maior consciencialização dos problemas da cidade, concernentes à higiene e ao saneamento – questões já herdadas desde a Idade Média.¹⁰ No que diz respeito à arquitetura hidráulica em Coimbra, o artigo de Milton Pedro Dias Pacheco “Do Aqueduto, das Fontes e das Pontes: A Arquitetura da Água na Coimbra de Quinhentos” analisou infraestruturas fundamentais no desenvolvimento da cidade, e que de alguma forma proporcionaram

⁸ Vasco Gil Mantas, “Notas sobre a estrutura urbana de Aeminium,” *Biblos* 68, (1992): 487–513.

⁹ Jorge de Alarcão, “As Origens de Coimbra”, in *Actas das I Jornadas do Grupo de Artes e Arqueologia do Centro*, (Coimbra: Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1979); Jorge de Alarcão, *Coimbra: A Montagem do Cenário Urbano*, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008).

¹⁰ António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 vols. (Coimbra: Palimage, 2016).

melhores condições de vida às suas gentes, aclarando a preponderância destes elementos na cidade renascentista.¹¹

Noutro âmbito regional, Saul António Gomes, ao estudar a *Higiene e Saúde na Leiria Medieval*, relaciona a higiene com as infraestruturas urbanas existentes. Para tal, o autor ressalta a natureza rudimentar dos sistemas de drenagem, os lixos e dejetos dos animais eram uma constante nas ruas, ou como a proliferação de doenças e as limitações técnicas e económicas eram alguns dos desafios que esta cidade enfrentava. Na verdade, o estudo exemplifica como a Leiria Medieval enfrentava problemas semelhantes aos das outras cidades medievais, o que determinava a qualidade de vida dos seus habitantes.¹² Já para outra geografia, Évora, o estudo de Maria Filomena Lopes de Barros com destaque para *As Posturas Antigas da Cidade de Évora* e de Ângela Beirante “Saúde Pública em Évora Durante a Idade Média”.¹³ E para Lisboa, Iria Gonçalves contribui para o desenvolvimento destas temáticas com estudos como “Posturas municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”¹⁴, analisar estas posturas tinha como finalidade compreender com maior profundidade as medidas implementadas no espaço público para as diferentes regiões do reino e observar a sua aplicação e adaptação nesses mesmos meios.

Para a elaboração desta dissertação, a bibliografia estrangeira manifestou-se de extrema importância, permitindo analisar como o estudo das questões ambientais tem sido desenvolvido noutras partes do mundo. Foi possível apontar quais as semelhanças e diferenças entre as correntes de investigação de cada país, alargar conhecimentos sobre esta temática e compreender melhor o panorama internacional. Finalmente, com o alargamento do nosso conhecimento historiográfico a outras regiões, foi nosso objetivo estabelecer uma relação com a realidade nacional, com enfoque em Coimbra, com vista a desenvolver abordagens comparativas mais abrangentes.

A esse nível, destacamos as investigações de Janna Coomans, particularmente “The King of dirt: public health and sanitation in late medieval Ghent” e *Community*,

¹¹ Milton Pedro Dias Pacheco, “Do Aqueduto, das Fontes e das Pontes: A Arquitetura da Água na Coimbra de Quinhentos”, *História Revista* 18, no. 2 (2013): 217–245.

¹² Saul António Gomes, “Higiene e Saúde na Leiria Medieval”, in *Colóquio sobre a História de Leiria e a sua região*, (Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1999), 9–43.

¹³ Maria Filomena Lopes de Barros e Maria Leonor F. O. Silva Santos (eds.), *O Livro das Posturas Antigas da Cidade de Évora* (Évora: CIDEHUS - Universidade de Évora, 2012); Maria Ângela Beirante, “Saúde Pública em Évora durante a Baixa Idade Média,” in *O Ar da Cidade: Ensaio de História Medieval e Moderna*, (Lisboa: Edições Colibri, 2008): 223-233.

¹⁴ Iria Gonçalves, *Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa*, (Porto: Estudos Medievais 5-6, 1985-1986): 153-172.

Urban Health and Environment in the Late Medieval Low Countries.¹⁵ Guy Geltner, por sua vez, contribui com o seu estudo *Roads to Health: Infrastructure and Urban Wellbeing in Late Medieval Italy*, centrado na implementação de medidas de saúde pública, na envoltura dos poderes locais nesses regulamentos e no seu desenvolvimento como método de prevenção de doenças.¹⁶ Tanto Guy Geltner como Janna Coomans fazem pleno uso do conceito “bem-comum” no contexto das medidas preventivas de saúde e da higiene.

Ainda no âmbito deste estudo, ao analisar as práticas de higiene e saúde pública no Norte da Europa, sublinham-se os trabalhos de Miriam Tveit, “Health and Hygiene in 12th-14th Century Norwegian Towns”, e de Isla Fay, *Health and the City: Disease, Environment and Government in Norwich 1200-1575*. Ambas as obras mostram como a peste negra incentivou a produção de regulamentos destinados a melhorar o saneamento, a limpeza e organização das ruas, contribuindo assim para o controlo da propagação de doenças e promover a higiene e saúde públicas¹⁷.

Fontes

Com vista a apresentarmos as fontes primárias analisadas, partiremos daquelas produzidas pelo poder central com vista à sua aplicação no reino. Depois, focar-nos-emos nos documentos emanados do poder central, especialmente dirigidos para a cidade de Coimbra. De seguida, enunciaremos os diplomas produzidos ao tempo do ducado de Coimbra, emanados do senhor desse território e, por fim, deter-nos-emos na documentação produzida pelo concelho de Coimbra e conservada no Arquivo Histórico e Municipal da Cidade de Coimbra (AHMC).

Inicialmente, para este estudo foi essencial compreender quais os documentos legislativos de âmbito geral para todo o reino. A esse nível, exemplos importantíssimos foram: o *Livro das Leis e Posturas*¹⁸ com a transcrição paleográfica de Maria Teresa

¹⁵ Janna Coomans, “The King of Dirt: Public Health and Sanitation in Late Medieval Ghent”, *Urban History* 46, no. 1 (2019): 82–105. <https://doi.org/10.1017/s096392681800024x>; Janna Coomans, *Community, Urban Health and Environment in Late Medieval Low Countries*, (Cambridge: Cambridge University Press, 2021).

¹⁶ Guy Geltner, *Roads to Health: Infrastructure and Urban Wellbeing in Later Medieval Italy*, (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019).

¹⁷ Miriam Tveit, “Health and Hygiene regulations in 12th-14th century Norwegian towns”, in *Pequenas cidades no tempo: A saúde*, ed. Adelaide Millán da Costa, Sara Prata, Fábien Cuesta-Gómez, Adelino Cardoso e Helena da Silva, (Lisboa: IEM-CHAM, 2023); Isla Fay, *Health and the City: Disease, Environment and Government in Norwich, 1200-1575*, (York: York Medieval Press, 2022).

¹⁸ *Livro das Leis e Posturas*, pref. Nuno Espinosa da Silva, trans. Maria Teresa Campos Rodrigues, (Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971).

Campos Rodrigues e as Ordenações Afonsinas que apesar de serem uma fonte riquíssima para o estudo da codificação das leis e ordem social não trouxeram novas informações para este estudo.¹⁹ Já no caso das Chancelarias, apesar de terem sido todas analisadas até

D. Manuel, algumas apenas o seu índice, os documentos examinados foram de D. Afonso III²⁰, com uma isenção de hoste e de anúduva aos que fossem morar dentro da almedina. Da chancelaria de D. Dinis²¹, apenas se recolheu um documento, referente a uma doação de uns banhos. E por último, na de D. João I²² recolheu-se uma carta de foro de uns pardieiros que haviam sido banhos perto do mosteiro de São Domingos.

Recorremos também à análise das Atas de Vereação do Porto, enquanto documentação municipal, mostrando verdadeiramente que Coimbra não é um caso isolado, e que muitos dos problemas ou soluções que se tentaram implementar eram comuns nos outros meios urbanos. O exemplo do Porto é informativo, quando alerta para a sujidade atirada para um chafariz e para os danos que essa prática causava às pessoas e animais (sessão de 4 de outubro 1391).²³ Procuramos agora estender a nossa análise a outras atas de vereação tardo medievais, disponíveis em Portugal, caso das de Loulé, selecionadas pela possibilidade de comparabilidade das diferentes dinâmicas urbanas em várias zonas do reino.

Continuamente, a investigação desenvolveu-se como dito anteriormente a partir de dois arquivos, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico e Municipal da Cidade de Coimbra. Referente ao primeiro, a documentação foi encontrada através de uma pesquisa por palavras-chave, no motor de busca da plataforma DIGITARQ. Usámos palavras referentes ao tema como: Rio Mondego; Valas; Fontes; Chafarizes; Câmara de Coimbra; Obras em Coimbra; Pesca no Mondego e Canos. Os

¹⁹ *Ordenações Afonsinas*, ed. Maria José de Mello, (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993).

²⁰ *Chancelaria de D. Afonso III: Livros II e III*, ed. Leontina Ventura e António Resende de Oliveira, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011).

²¹ *Chancelaria D. Dinis: Livro III*, ed. Rosa Marreiros, 2 vols., (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019).

²² *Chancelarias Portuguesas. D. João I*, ed. João José Alves Dias, 5 vols. in 13 tomos, (Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2023).

²³ *Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo Livro de Vereações do Município do Pôrto existentes no seu Arquivo*, com comentário e notas de Artur Bastos De Magalhães, (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1937): 58; *Vereações: anos de 1401-1449: segundo livro de vereações do município do Porto existentes no seu arquivo*, com nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, (Porto: Câmara Municipal do Porto, 1980).

resultados desta pesquisa encontram-se na sua maioria na Coleção Corpo Cronológico – oito documentos da Secção parte.1 e apenas um documento da parte.2 – e na Chancelaria de D. Manuel, onde referenciámos seis documentos, nos livros 1, 15, 35, 36, 42 e 44.

Relativamente ao Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra seleccionámos a restante documentação, no livro *Cartas e Provisões d'El Rey (1480-1650)*, que contém documentos diversos, de destaque para este trabalho, constituídas por correspondência entre o monarca e as autoridades locais de Coimbra, alvarás e provisões, realçando a importância das obras no rio, limpeza nas fontes e chafarizes. Por sua vez, consultámos o livro *Cartas e Ordens à Câmara (1526-1778)*²⁴, que reúne uma coletânea de traslados de cartas régias, cartas de sentença, provisões e atas de vereação, entre as quais se destaca uma ata referente ao encanamento do rio Mondego.

Coimbra teve o privilégio de ter um duque viajado e conhecedor das inovações das cidades mais importantes da Europa. Com o Infante D. Pedro, a cidade recebeu uma atenção extra, existia uma verdadeira preocupação com as condições e imagem que a cidade transmitia a quem por ela passasse. Assim, das *Cartas Originais dos Infantes (1418-1485)*²⁵, foram analisadas quatro, todas referentes a suprir/abastecer a cidade com água, destacando o conflito com o prior de Santa Cruz, e as obras no encanamento do rio e da Rua da Sofia. Entre as *Cartas Originais dos Reis (1480-1571)*²⁶, destacam-se dezasseis documentos datados de 1521 a 1571, que envolvem construções de marachões no rio, a limpeza de fontes e ruas da cidade e medidas preventivas contra a proliferação de peste. É de destacar também o fundo da Casa dos Vinte e Quatro (1372-1715). Não podemos relatar muitas informações sobre o livro que lhe pertence, porque ainda nos encontramos no documento 38v, o qual tem informações muito pertinentes sobre um alvará enviado pelo monarca de 1546, atribuindo ao almotacé a responsabilidade da limpeza da cidade e de todos os espaços públicos incluindo a Universidade, mas sem interferir na sua organização e autonomia.²⁷

As Posturas municipais e regimentos foram muito relevantes, e foram extraídas do *Livro I da Correia*²⁸, apresentando variadas leis/medidas impostas pelas autoridades, para assegurar uma cidade limpa e organizada. Destacam-se, entre várias, as preocupações para ter um local específico para despejar lixo, manter a praça da

²⁴ Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra (AHMC), *Cartas e Ordens à Câmara (1526-1778)*.

²⁵ AHMC, *Cartas Originais dos Infantes (1418-1485)*.

²⁶ AHMC, *Cartas Originais dos Reis (1480-1571)*.

²⁷ AHMC, *Casa dos Vinte e Quatro (1372-1715)*, fl. 49.

²⁸ *Livro I da Correia: Legislação Quinhentista do Município de Coimbra*, pref.de J. Pinto Loureiro, (Coimbra: Biblioteca Municipal, 1938).

cidade limpa e os cuidados nas obras públicas e privadas para não obstruir ou sujar as ruas. Os documentos avulsos do Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra, o Tombo Antigo da Câmara (1532), apesar de fontes preciosas para o funcionamento da cidade, ou normas impostas à sociedade, não acrescentaram novas informações concernente à higiene e saneamento na Idade Média para Coimbra.

Metodologia

Para a dissertação, a metodologia adotada consistiu na análise de documentação inédita e publicada relativa à regulamentação, correspondência entre o monarca e as autoridades locais, alvarás, regimentos e posturas para a cidade de Coimbra entre os séculos XV e XVI. Foi necessário proceder à sua leitura e algumas vezes à sua transcrição, de modo a ordenar a informação em tabelas de Excel, segundo os objetivos que nos propomos responder com este estudo. Os documentos foram analisados segundo categorias temáticas antecipadamente definidas: regulamentação urbana, participação e reação da população, penalidades, oficiais responsáveis, cuidados com o espaço público, a poluição e os meios de abastecimento de água. De acordo com essas categorias, os documentos selecionados foram organizados em três tabelas no Excel, divididas pelos seguintes temas: abastecimento de água, saneamento e, por último, poluição e sociedade.

Primeiramente, foi analisado o Arquivo Coimbrão²⁹, que havia publicado muita documentação relativa às posturas do século XV para Coimbra, nomeadamente dos *Livros da Correia*, e que possuía alguns artigos muito importantes sobre a toponímia e a topografia da cidade. Seguidamente, nos referidos *Livros da Correia*, prestou-se atenção aos regimentos e posturas, bem como à forma que a população reagia a essas medidas e às penas impostas. É de notar que houve dificuldades na aceitação das leis, uma vez que as medidas foram repetidas ao longo dos anos, sendo a principal alteração o aumento das penas.

A análise das *Cartas Originais dos Reis (1480-1571)* abrangeu todas as cartas até ao reinado de D. João III, enquanto das *Cartas Originais dos Infantes (1418-1485)* foram selecionadas quatro cartas do Infante D. Pedro. Procuraram-se documentos relativos a obras na cidade, encanamento do rio e das ruas da cidade, bem como informações sobre fontes e chafarizes, evidenciando-se a preocupação dos monarcas e das autoridades locais para proteger Coimbra das cheias do rio e zelar pela imagem urbana.

²⁹ O Arquivo Coimbrão é uma revista periódica ligada ao Arquivo Histórico e Municipal de Coimbra com o intuito de dar a conhecer pesquisas de carácter histórico e cultural, permitindo compreender melhor a história da cidade possuidora de artigos científicos/académicos, publicação de documentação relacionada à cidade de Coimbra.

Com as fontes já apuradas e em fase de estudo, foi importante intercalar a análise documental com a leitura de bibliografia específica. Temas como saúde, urbanismo que engloba estudos de arqueologia, obras sobre hidráulica, história de Coimbra, história económica e social são áreas que tiveram muito relevo para compreender melhor o contexto histórico, económico e social de Coimbra e compreender melhor as fontes que estão a ser analisadas.

Estrutura Provisória do trabalho final

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos principais, divididos em pequenos subtítulos de acordo com os temas abordados. No primeiro, intitulado “Coimbra: o enquadramento geográfico e urbano”, pretende-se abordar a história da cidade, caracterizar a sua situação geomorfológica, a relação da cidade com o rio e compreender a ligação entre a área central e a região circundante. Seguidamente, o segundo capítulo, denominado “Abastecimento de Água”, visa explorar os métodos e estruturas de captação, abastecimento e armazenamento, assim como as medidas de prevenção da água limpa/salubre. O terceiro capítulo tem como tema “Saneamento: sistema de canalizações e esgotos”, destacando, primeiramente a caracterização da rede da canalização de esgotos medieval, e posteriormente a ação pública e privada para construção e preservação da rede. Para complementar a investigação, o quarto capítulo, intitulado “A poluição do espaço público”, corresponde ao estudo de questões de poluição, primeiro, fonte de poluição das águas, depois do ar e por último dos solos. O quinto e último capítulo da dissertação intitula-se “Intervenção pública de controlo da poluição”, pretende compreender as medidas da administração central (Rei, Duque, Infantes), as medidas da administração concelhia e a aceitação ou rejeição das medidas impostas e o seu impacto na vida urbana. Por fim, a conclusão, anexos com apêndice documental, bibliografia e fontes, tentando assim contribuir para uma maior compreensão e entendimento do que era a higiene e saneamento nas cidades medievais portuguesas, e a sua relação com todas as entidades envolvidas e a população.

Dados semi-tratados, hipóteses ou conclusões provisórias

Por estar ainda em andamento, este trabalho não oferece um conjunto definitivo de conclusões para apresentarmos neste artigo. No entanto, iremos propor algumas hipóteses preliminares, que até à conclusão da investigação poderão sofrer ajustes e alterações. Um aspeto essencialmente interessante que está a ser explorado é a questão da canalização da Coimbra medieval. Neste parâmetro, uma carta de 13 de outubro de 1526 desvela que as autoridades tinham alguma preocupação e, quem sabe,

algum conflito com a população, devido ao facto de, em épocas de chuvas e enxurradas atirarem “esterços”, o que provocava transtornos para os moradores da cidade, resultando mesmo em perdas materiais, dado que os canos entupiam por toda a cidade e as casas ficavam inundadas com essas águas.³⁰ Estas informações, em conjunto com outras cartas relativas à colocação de canos e à importância de ter funcionários responsáveis pelas valas, comprova como os sistemas de drenagem e captação das águas pluviais não eram eficientes e que a sua manutenção e limpeza não estavam sempre em dia. Provavelmente, isso levaria as autoridades terem de fazer um esforço para aumentar o número de canos e valas, como se verifica em outros documentos. Não obstante, faltam nestes documentos registos sobre a participação da população na manutenção destes sistemas. Acreditamos que essa participação fosse quase nula, sendo que eram os referentes habitantes quem contribuíam para que entupissem.

Sem embargo, nota-se que as autoridades ganharam gradualmente perceção da importância de estabelecer e manter uma boa gestão das águas pluviais na cidade, para que todos pudessem usufruir de melhores condições de vida. Mais uma vez, um exemplo que demonstra que Coimbra não era a única cidade a enfrentar estes problemas é Saragoça. O estudo de David Lacámara Aylón “Las Aguas Pluviales e su Problemática en los Entornos Urbanos Medievales: El Caso de la Zaragoza del Siglo XV”, mostra como, também naquele meio urbano o sistema de drenagem das águas pluviais era ineficiente. As valas e canos estavam constantemente entupidos o que causavam perdas e infiltrações nas moradias. Assim havia necessidade de manutenção e construção de novos sistemas de escoamento. O autor afirma que a documentação expressa que os proprietários não cuidavam dessas infraestruturas, só agiam quando o mal já estava feito. O mesmo sucede no documento para Coimbra, a população ajudava a obstruir os canos, por atirar “esterços” para as enxurradas. Assim como as autoridades locais de Coimbra, em Saragoça, devido também à negligência da população, as autoridades foram percebendo a importância da boa gestão das águas pluviais e a manutenção dos sistemas para certificar um adequado escoamento dessas águas.³¹

Ao trabalhar para responder às questões enunciadas no início deste texto, novas dúvidas nos surgem, novas reflexões se constroem. Com a dissertação que estamos

³⁰ *Livro I da Correa: Legislação Quinhentista do Município de Coimbra*, pref.de J. Pinto Loureiro, (Coimbra: Biblioteca Municipal, 1938): 76.

³¹ David Lacámara Aylón, “Las Aguas Pluviales y su Problemática en los Entornos Urbanos Medievales: El Caso de la Zaragoza del Siglo XV”, *Edad Media. Revista de Historia* 19 (2018): 306-308.

a redigir, procuraremos enquadrar esta investigação sobre Coimbra no contexto do reino e perceber as singularidades deste estudo de caso, para contribuir para a história desta cidade e, a partir dela, para a História do Portugal Medieval.